

**DO CAMPO À CIDADE, DA CIDADE AO CAMPO: O PROJETO COMUNAS DA
TERRA E A QUESTÃO DOS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA**

**DEL CAMPO A LA CIUDAD, DE LA CIUDAD AL CAMPO. EL PROYECTO DE
LAS COMUNAS DE LA TIERRA Y LA CUESTIÓN DEL SUJETO DE LA
REFORMA AGRARIA**

**FROM THE COUNTRYSIDE TO THE CITY, FROM THE CITY TO THE
COUNTRYSIDE: THE LAND COMMUNES PROJECT AND THE SUBJECT
ISSUE OF LAND REFORM**

Yamila Goldfarb
Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.
yamilamata@usp.br

Resumo

Este artigo teve por objetivo analisar a questão do sujeito social da reforma agrária, a partir do projeto de constituição das Comunas da Terra, uma nova forma de assentamento proposta pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no estado de São Paulo. Para tanto, foi necessário compreender os processos migratórios no Brasil, e mais especificamente no estado de São Paulo, bem como a crescente importância da migração de retorno. Analisamos então o processo histórico que envolve os grandes centros urbanos e as vidas das classes subalternas que aí se encontram, envolvidas num processo de migração e deslocamento constantes. Analisando os projetos de vida dessa população e o projeto político do MST de constituição das Comunas da Terra, como elemento de uma nova concepção de reforma agrária, pudemos perceber que essa proposta aponta para um novo projeto de desenvolvimento para o campo, no qual elementos do urbano sejam incorporados.

Palavras chaves: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Comuna da Terra; recampesinização; relação campo-cidade; sujeito da reforma agrária.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo analizar la cuestión del sujeto de la reforma agraria, a partir del proyecto de formación de las Comunas de la Tierra, una nueva forma de asentamientos rurales propuesta por el MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra) en la provincia de San Pablo (Br). Para que eso se sucediera, fue necesario comprender los procesos migratorios en Brasil, y más específicamente de la provincia de São Paulo, así como la creciente importancia de la migración de retorno. Analizamos entonces, el proceso histórico que envuelve a los grandes centros urbanos y a las vidas de clases subalternas que allí se encuentran, envueltas en un proceso de migración y desalojo constantes. Analizando al proyecto de vida de esa población y al proyecto político del MST

de constitución de las Comunas de la Tierra, como elemento de una nueva concepción de reforma agraria, pudimos notar que esa propuesta apunta así a un nuevo proyecto de desarrollo para el campo, en el que elementos urbanos sean incorporados.

Palabras-clave: Movimiento de los Trabajadores Rurales Sien Tierra; Comuna de la Tierra, recampezinización; relación campo-ciudad y sujeto de la reforma agraria.

Abstract

This article aims to analyze the creation of a new kind of land reform settlement in Brazil – the Comunas da Terra, or Land Communes. These settlements were proposed by MST (Brazil's Landless Workers' Movement) and are located in São Paulo state, near to large urban centers. The article attempts to identify the changing nature of the social subjects who engage in the agrarian reform process. In order to understand Land Communes, one must analyze agrarian reform social subjects. But, to approach this question, in turn, one must examine Brazilian migratory processes, and particularly the role that São Paulo plays in these processes, as well as the increasing importance of rural return migration.

Keywords: Landless Workers' Movement; Land Commune (Comuna da Terra); new peasantry; country-city relation; land reform subject.

A reforma agrária vai mudar não apenas o campo. Ela vai mudar a cidade. Ela exige um outro tipo de administração e um outro tipo de homem urbano, que entenda inclusive os tempos e as exigências do campo, que não os tempos e as exigências da cidade.

(Plínio de Arruda Sampaio,)

Introdução

Este artigo se propõe a analisar as Comunas da Terra, uma nova proposta de assentamento rural idealizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que visa o assentamento de famílias provenientes de grandes centros urbanos do Estado de São Paulo em áreas rurais, próximas a estes centros. Trata-se de uma nova forma de assentamento rural idealizada pelo MST do Estado de São Paulo, a partir de 2001, cujas principais características são: serem constituídas por pessoas que viveram muitos anos em grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas, ou Ribeirão Preto e que, portanto, não possuem um passado recente ligado à terra; serem implantadas em áreas bem próximas aos grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção, e possuírem a Concessão Real de Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título de propriedade da terra, o que significa que as famílias não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela.

Essa proposta do MST sinaliza para a necessidade de pensarmos os problemas urbanos e rurais de forma articulada e os caminhos para superá-los, bem como nos desafia a pensarmos sobre a heterogeneização dos sujeitos da luta pela reforma agrária no Brasil.

A discussão que segue abaixo reproduz em grande parte o capítulo 2 de minha dissertação de mestrado intitulada *A luta pela terra entre o campo e a cidade: as Comunas da Terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios*, defendida em outubro de 2007 na Universidade de São Paulo.

Migrações e vida nos grandes centros urbanos

O Brasil é um país onde uma imensa população está continuamente se movimentando, migrando, na grande maioria das vezes por questões econômicas. Saindo da terra. Chegando na cidade grande. Mudando de cidade. “Entrando” na terra novamente. Ou então, simplesmente saindo da cidade para entrar na terra. Esses fluxos de movimentação mudam de direção, invertem os sentidos e nesse ir e vir, criam e resignificam os espaços.

No Brasil, na década de 1930, políticas como a regulamentação do trabalho urbano (não extensiva ao campo), o incentivo à habitação popular, o incentivo à industrialização e a construção de infra-estrutura industrial, reforçaram o movimento migratório campo-cidade. Na era de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), a migração recebe novo impulso devido à política desenvolvimentista que estimulava fortemente o desenvolvimento da indústria, em especial da automobilística, centrada na região sudeste do País. Segundo Martins (2003), o desenvolvimento do país dos anos 1950 ao 1970 e suas turbulências e recuos acabaram por valorizar a propriedade rural, seja como meio de produção, ou como reserva de valor e meio de especulação. Isso dificultou ainda mais o acesso à terra aos pobres do campo. Outra causa da intensa migração ao longo da década de 1950 foi a sucessão de dramáticas secas que atingiram o nordeste brasileiro. Como resultado de tudo isso, a população urbana passou de aproximadamente 36% do total em 1950 para 55% em 1970 e 67% em 1980.

Mas a migração rumo à cidade não explica todo o processo migratório no Brasil. Um exemplo foi o grande salto migratório que se deu entre 1950 e 1960 quando mais de 900 mil pessoas se dirigiram ao Paraná, que vinha oferecendo a venda de pequenas propriedades, através da Companhia de Terras do Norte do Paraná, já desde a década de 1920. No mesmo período, 700 mil pessoas se dirigiram ao estado de São Paulo, em especial aos grandes centros urbanos. (FAUSTO, 1994)

O que explica a saída de pessoas do campo para a cidade, no Brasil, é uma junção de fatores como a mecanização das atividades agrícolas, a oferta de empregos urbanos (pelos altos índices de industrialização até a década de 1970 e depois pelo aumento das vagas no setor de serviços), a criação de novos empregos no meio rural a um ritmo menor do que o do crescimento demográfico e o fechamento de fronteiras agrícolas, isto é, o

impedimento do acesso à terra pelo trabalhador, seja por meios burocráticos, como por exemplo, remoções devidas a grandes projetos de infra-estrutura, seja pelo aumento do preço da terra. (CEM, 1983)

Martins (2003) aponta para o processo de desenraizamento das formas tradicionais de ajustamento do trabalho agrícola à grande lavoura. Esse ajustamento representava a possibilidade de morar no local em que se trabalhava. A desagregação dessas formas tradicionais nos anos 1960 e 1970 abriu espaço para o trabalho temporário, não enraizado e sem complementaridade com outros ajustamentos em relação a formas enraizadas de moradia e trabalho. Ele aponta assim que, mais do que o vínculo trabalhista, o que se rompeu nesse processo foi o vínculo de moradia, de agregação à grande propriedade. A desagregação do modo de uso da mão-de-obra agrícola que fornecia também a moradia e a possibilidade de subsistência faz surgir uma massa de deserdados, muitas vezes obrigada a migrar para a cidade, que acaba tornando-se demandante da reforma agrária. Soma-se a esse processo, a desestruturação das relações de produção no campo, também fortemente impulsionadas pela chamada Revolução Verde, que expulsou mais de 30 milhões de trabalhadores rurais para as cidades, nas décadas de 1960 e 1970. (MATOS, 2006)

A migração rural, a partir da década de 1980, tem passado a ser cada vez mais um ir e vir em busca de emprego e não apenas em busca de terra nas fronteiras agrícolas. Esta última tendência migratória pode ser caracterizada em três momentos: (1) expansão da economia cafeeira para o Paraná, a partir da década de 1930; (2) expansão que acompanhou grandes empreendimentos estatais em direção ao Centro-Oeste do país, a partir dos anos de 1940; e (3) a transferência da população para a região amazônica, principalmente ao longo da década de 1970. Esses três fluxos declinaram por diversas razões, mas diversos estados, em especial os do nordeste, continuaram expulsando sua população por conta dos processos de apropriação de terras por grandes empresas, expulsão de posseiros, introdução de técnicas com baixa absorção de mão-de-obra etc. (CEM, 1983)

Por outro lado, a partir da década de 1980, com os sucessivos períodos de recessão, as crises econômicas e do Estado passam a ser recorrentes. A dívida pública cresce, as demandas sociais ficam represadas e faltam os recursos para aparelhar as grandes cidades.

Com o Estado ausente, o planejamento econômico e o planejamento urbano praticamente desapareceram, os investimentos em saneamento,

habitação, educação e saúde minguaram, escassearam-se os financiamentos internacionais de baixo custo ou a fundo perdido, as privatizações não resultaram em riqueza nova e a fuga dos investimentos produtivos das grandes cidades, ou mesmo sua inexistência, completaram esse quadro de desalento. Sem tais investimentos, restringe-se a oferta de emprego e amplos segmentos da população passam a conviver com a pobreza. (MATOS, 2006, p. 64)

A porcentagem da população rural tem diminuído com relação à população total do país, como demonstra a tabela 1. É também interessante notar o processo de redução no número absoluto dessa população a partir de 1970.

Tabela 1 Participação Percentual da População Rural no Total da População Brasileira no Período de 1950 a 2000

Ano	População rural	Relação ao total da população brasileira (%)
1950	38.291.775	63,8
1960	38.767.423	54,6
1970	41.054.053	44,1
1980	38.509.893	32,4
1991	35.213.268	24,5
1996	33.879.211	22
2000	31.947.618	18,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - Brasil (anos 1995 e 2000)

Organização: Yamila Goldfarb

No entanto, não podemos considerar estes dados isoladamente, caso contrário, estaríamos negligenciando o fato de que há, cada vez mais, um número maior de pessoas voltando ao campo, como poderemos ver na tabela 2.

Somente entre 1995 e 2000, mais de 15 milhões de pessoas migraram dentro do país. Interessante que nesse movimento, houve um maior número de pessoas se deslocando para ou entre áreas rurais, do que pessoas se deslocando de áreas rurais para áreas urbanas, embora a migração entre áreas urbanas tenha sido a maior de todas.

Esses processos migratórios e o estímulo à industrialização geraram um enorme crescimento demográfico das cidades, no entanto, este não foi acompanhado do desenvolvimento sócio-econômico.

Ainda hoje, as cidades atraem uma imensa população migrante, porém, estas cada vez geram menos empregos capazes de absorver tal mão-de-obra disponível. Embora tampouco gerassem uma capacidade total de absorver toda a mão-de-obra disponível durante as décadas em que a indústria se desenvolvia com os ciclos de substituição de importações, até os anos 1970, de fato existia a possibilidade maior de uma mobilidade social ascendente entre os anos 1950 e 1970.

Tabela 2 Migração Interna no Brasil entre 31.07.1995 e 2000 por Situação de Domicílio (urbana ou rural)

População migrante por situação de domicílio	Número absoluto
Pessoas que residiam em situação de domicílio urbana e atualmente residem em situação de domicílio rural.	1.345.422
Pessoas que residiam em situação de domicílio rural e atualmente residem em outros municípios e em situação de domicílio rural.	1.161.891
Pessoas que residiam em situação de domicílio urbana e atualmente residem em outros municípios e em situação de domicílio urbana.	10.775.021
Pessoas que residiam em situação de domicílio rural e agora residem em situação de domicílio urbana.	2.032.891
Total	15 458 886

Fonte IBGE Censo 2000
Organização Yamila Goldfarb

Porém, mais recentemente, na cidade de São Paulo, a participação da indústria na oferta de empregos caiu de 40% em 1980 para 15% em 2004 (DAVIS, 2006). Parte da população que perdia o emprego no setor industrial se deslocou para o setor de serviços que

teve um significativo aumento. A População Economicamente Ativa (PEA) teve um grande aumento no período entre 1989 e 2001. Segundo dados do DIEESE, a diminuição do emprego no setor industrial, a incapacidade do setor de serviços absorver formalmente todos os trabalhadores que se deslocavam das indústrias e o aumento da PEA resultou no grande aumento da população desempregada na RMSP, passando de 9% para 18% no período de 1989 a 2001. Também a informalidade tem grande aumento no mesmo período, relacionado, em parte, à diminuição de 60% para 45% do setor formal da economia privada na RMSP. É somente em 2005 que a taxa de desemprego começa a apresentar queda significativa decorrente, em especial, do aumento das vagas no setor de serviços e de uma leve retomada de vagas no setor industrial. (www.dieese.org.br/ped/sp acessado em 17/08/2007)

Considerando os dados acima, compreende-se a diminuição do papel de grande centro de atração populacional representado pela RMSP. No entanto, ainda assim, o número de migrantes continuou sendo significativo, marcando a expansão territorial da Região.

Na Região Metropolitana de São Paulo, entre 1991 e 2000, as áreas denominadas de fronteira urbana, isto é, as regiões de periferia onde há enorme expansão demográfica, muitos conflitos fundiários e onde o Estado ainda não se mostra presente através de equipamentos sociais e infra-estrutura urbana, cresceram mais que as áreas centrais dos principais centros urbanos¹. Isso significa que as regiões de periferia ainda não consolidada (justamente a fronteira urbana), cresceram em população mais do que os centros das cidades e suas periferias já consolidadas. Tanto a fronteira urbana como a periferia consolidada são áreas segregadas, porém, na segunda, o Estado se encontra mais presente. A fronteira urbana, por sua vez, apresenta maior precariedade em infra-estrutura, em especial saneamento básico, a expansão de favelas e loteamentos clandestinos além conflitos ambientais e fundiários. (TORRES, 2005) Contudo, é interessante perceber que esse crescimento da fronteira urbana não se deve exclusivamente e nem principalmente a uma migração interna, isto é, das áreas centrais da cidade, ou mesmo da periferia consolidada para a fronteira urbana. (Matos, 2006, p. 66) Essas regiões têm recebido a

¹ Na Região Metropolitana de São Paulo, a área denominada cidade consolidada perdia população em ritmo acentuado, de 1,3% ao ano. Já a fronteira urbana crescia 6,3% ao ano. Por sua vez, a periferia consolidada cresceu 1,3% ao ano. (TORRES, 2005 p.111)

grande maioria dos migrantes provenientes de outros estados, em especial, os do nordeste. Como aponta Matos (2006), esses migrantes possuem níveis de renda muito menores do que os das populações das outras áreas da metrópole. Portanto, a fronteira urbana tem se consolidado como “o lugar daqueles que não têm lugar” (ibid., p. 102). Isso nos demonstra que, ainda que a Região Metropolitana de São Paulo tenha deixado de oferecer empregos como em décadas anteriores, existe um contingente populacional que se vê levado a migrar mesmo sem a garantia de melhores condições de vida. Trata-se de uma migração daqueles que não têm outra alternativa, senão o abandono de sua terra natal. São essas pessoas que irão expandir a fronteira urbana. *“Um amplo conjunto de pessoas, migrante ou não-migrante, estaria constituindo uma geração de pobres, cujos filhos estariam igualmente condenados à pobreza, abandonados nos confins da cidade grande.”* (Ibid., p. 78)

A produção da exclusão econômica e da expropriação espacial

A cidade se produz e reproduz de forma vinculada à propriedade privada da terra, que se materializa na segregação espacial. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. (KOWARICK, 1993) Essa idéia converge com a interpretação de Harvey. Kowarik define a espoliação urbana como a forma de extorquir das camadas populares o acesso aos serviços de consumo coletivo. Extorsão significa aqui, impedir ou tirar de alguém algo a que tem direito. Para o autor, a produção do espaço de uma cidade é determinada por processos sócio-econômicos e políticos que vão refletir, sobre a terra urbana, a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais. (Ibid., p. 83) A terra urbana sujeita aos capitais de promoção, construção e financiamento imobiliário, impede a democratização de seu acesso às populações subalternas, que se vêem obrigadas ou induzidas a ocuparem áreas de risco, áreas de proteção ambiental (como é o caso de mananciais ou manguezais), e/ou áreas distantes dos centros das cidades reservadas à especulação imobiliária, conhecidas como vazios urbanos. Soma-se a isso a precariedade ou inexistência de serviços de consumo coletivo, necessários à sobrevivência. Processos todos constituintes de uma espoliação urbana e que permitem a acumulação.

Nesses casos todos, a precariedade com relação à posse das terras daqueles que as habitam completa o quadro de exclusão das classes subalternas que, estando nessa situação, permanecem sem acesso a direitos básicos como o de infra-estrutura urbana, exceto em alguns casos em que se obtém o usucapião. Situação esta que pode ser bastante confortável para a abstenção do poder público e para ações políticas clientelistas. É quando a área ocupada por favelas ou outras formas de habitações precárias é valorizada pelo mercado imobiliário que as autoridades são mobilizadas para impor a “ordem” e atender aos interesses de classe dos proprietários de terra.

Assim, classes subalternas dos grandes centros urbanos² têm que resolver uma difícil equação ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade da habitação, a distância desta do trabalho e ainda a segurança. Em parte, essa situação também se deve ao fato de que o mercado habitacional nas grandes cidades nunca oferece 100% do estoque de residências, simplesmente para valorizar os preços no jogo da oferta e procura. (OBERAI, 1993) E, com relação aos terrenos disponíveis para construção, estima-se que no Brasil, um terço desses espaços mantenha-se fora do mercado na expectativa de valorização de seus preços. (GILBERT e VARLEY 1991, p. 35 apud DAVIS, 2006, p. 99) Com isso, resta o mercado de locação informal, as ocupações irregulares de vazios urbanos, no geral à espera de valorização no mercado, ou a ocupação de áreas impróprias como mananciais, ribanceiras, manguezais ou mesmo depósitos de lixo irregulares.

Para completar o quadro, no geral as ações dos governos deixam muito a desejar com relação às políticas públicas voltadas à habitação popular. É consenso entre diversos urbanistas, que as políticas habitacionais no Brasil acabaram por privilegiar a camada da classe média e não a mais pobre. Esse aspecto se agravou com a política neoliberal.

O papel minimalista dos governos nacionais na oferta de moradias foi reforçado pela atual ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e pelo Banco Mundial. Os Planos de Ajuste Estrutural (PAE's) impostos às nações endividadadas no final dos anos 1970 e na década de 1980 exigiam a

² “A pobreza, no Brasil, é sensivelmente mais alta nas áreas rurais, embora nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, regiões mais urbanizadas do país, a pobreza seja um fenômeno essencialmente metropolitano. Os pobres representam 40% da população rural, porém, os pobres urbanos são a larga maioria em números absolutos. Em 1999, eles correspondiam à cerca de 78% do total de pobres no Brasil.” (Rocha: 2003, p.135 apud Marques, 2006, p. 6)

redução dos programas governamentais e, muitas vezes, a privatização do mercado habitacional. (DAVIS, 2006, p. 71)

Conforme Maricato, o IBGE registrou que, entre os anos de 1980 e 1991, a população brasileira cresceu 1,9% e entre 1991 e 2000 cresceu 1,6%. No entanto, a população favelada cresceu 7,65% e 4,18% respectivamente. Em 2005, somente na cidade de São Paulo, tínhamos 11% da população vivendo em favelas, sendo que em 1970 tínhamos apenas 1,2%. (MARICATO, 2006, p.215) O que esses dados demonstram é o aumento do percentual de pessoas vivendo em condições impróprias no Brasil. Só na cidade de São Paulo há 1,1 milhão de pessoas vivendo em favelas, 1,6 milhão morando em loteamentos ilegais, aproximadamente 500 mil pessoas vivendo em cortiços e aproximadamente 10 mil trabalhadores em situação de rua. (ibid., p. 215)

O capitalismo produz o desenvolvimento geográfico desigual. Os processos continuados de produção de espaços estão relacionados aos mecanismos chave da acumulação por espoliação, termo empregado por Harvey para se referir ao que Marx denominou de acumulação primitiva de capital (HARVEY, 2004). Trata-se da liberação de um conjunto de ativos a preços muito baixos, dos quais o capital excedente, sobreacumulado, se apropriará de forma lucrativa. Esses ativos podem ser, inclusive, terra, recursos naturais e força de trabalho.

Na visão de Harvey (2006), o neoliberalismo é engendrado como resposta das elites à atual crise de sobreacumulação do capitalismo, que impõe a desvalorização de ativos e o avanço da acumulação por espoliação para abrir caminho para novos ciclos de investimento e a acumulação com base na reprodução ampliada, o que tem resultado na ampla difusão de formas de expropriação e privatização sobre a terra e os recursos naturais, afetando profundamente a teia da vida e as bases materiais da reprodução social. (MARQUES, 2006, p. 6)

Assim, poderíamos relacionar o acelerado crescimento da pobreza urbana a esse processo mais amplo, ligado ao movimento geral de expansão do capitalismo marcado por ciclos e crises de sobreacumulação. O processo de periferização das populações de baixa renda na Grande São Paulo é um exemplo. A especulação imobiliária nos centros das cidades tem expulsado a população pobre para áreas longínquas, onde prevalece a prática da auto-construção da moradia. Os edifícios do centro passaram a abrigar então uma classe média, com exceção dos que se tornam então cortiços. A remoção forçada de favelas para a

construção de empreendimentos urbanísticos, com suposto interesse público, levadas à cabo por parcerias entre o setor privado e o público são outro exemplo.

Nas metrópoles, cujo crescimento intenso parece desordenado e espontâneo, essas parcerias entre setores privados e setores públicos

são alardeadas como a nova face do planejamento e da gestão urbana já que o Estado, pela sua 'ineficácia' e crise fiscal, não teria (...) condições de dar conta das políticas públicas. Dessa forma todos saem ganhando... Mas o que se viu de fato, em vez da pós-modernidade ou do neoliberalismo, foi a ação arcaica cujas raízes estão bem fincadas há séculos, no Brasil: a captura da máquina pública e recursos municipais para viabilizar o empreendimento gigantesco que nenhum lobby de capitais privados teria condições de fazer. (MARICATO, 2001 In: FIX, 2001, p. 9 e 10)

As operações urbanas realizadas na cidade de São Paulo são um bom exemplo de acumulação por espoliação. Nelas, o poder público atua como promotor, indutor, criando condições para importantes transformações na cidade realizadas pela iniciativa privada, quase sempre articulada ao setor imobiliário. Em troca do investimento do setor privado, permitem-se exceções nas Leis de Zoneamentos de determinadas áreas. Nesses casos, a remoção de favelas e a expulsão de populações para as periferias da metrópole costumam representar ganhos imobiliários fabulosos, nas proximidades das intervenções, como é o caso das Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada, descritas por Mariana Fix em *Os Parceiros da Exclusão* (2001). Nesse estudo, Fix demonstra como se dá a aliança entre os setores público e privado para a produção das condições materiais no espaço para a reprodução do capital. Essas "condições", não raras vezes são a própria espoliação da população pobre dos grandes centros urbanos, como é o caso das remoções forçadas de favelas.

Mas as operações urbanas não são os únicos exemplos nos quais o próprio Estado promove a acumulação por espoliação. Na gestão de Jânio Quadros (1985-1988), criou-se a Lei do Desfavelamento. Esta Lei possibilitava que proprietários de terrenos ocupados por favelas, construíssem acima dos limites determinados pelo Zoneamento, contanto que parte do lucro desse investimento fosse destinado à construção de casas populares na periferia, que seriam doadas às prefeituras. Essa lei transformou a população das favelas em objeto de especulação, pois, para obter a modificação de uso e ocupação do solo, os "interessados"

estimularam inúmeras ocupações de famílias nas áreas que mais tarde seriam “atendidas” pela Lei do Desfavelamento.

A descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma série de processos ainda vigentes. Eis alguns deles segundo Harvey (2004): mercadificação e privatização da terra, expulsão violenta de populações do campo, conversão de várias formas de direito de propriedade comum, coletiva, do Estado etc, em direitos exclusivos de propriedade privada, mercadificação da força de trabalho, supressão de formas alternativas e autônomas de produção e de consumo, processos coloniais, neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos, o comércio de escravos, a usura, a dívida nacional e o capital financeiro (este como vanguarda).

Todas as características de acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra têm se acelerado em países como México e Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista de acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. (HARVEY, 2004, p.121)

Entrar na terra. Uma saída?

As condições de vida que os pobres urbanos enfrentam são repletas de instabilidades, privações e riscos. O risco de remoção, do despejo, o de perder o emprego (segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na América Latina, a economia informal emprega 57% da força de trabalho) (DAVIS, 2006) ou então o risco de sofrer os mais diversos tipos de violência. Sofrem a privação de espaços de lazer, de boa educação, de tempo para a família, da saúde de qualidade, de bens de consumo básicos. Essa situação de constante precariedade e instabilidade tem, em muitos casos, sido responsável pela busca do retorno ao campo por essas populações, seja ou não no seu estado de origem.

Os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000 revelam que no Brasil cerca de 1.335 mil indivíduos tomaram a decisão de regressar aos seus estados de origens entre os

anos de 1995 – 2000. Número expressivo, quando considerado que dentre as pessoas que fizeram algum deslocamento neste período, 21,60% são de pessoas retornadas. E destes, o fluxo mais intenso da migração de retorno está direcionado ao Nordeste, aproximadamente, 40% dentro do universo de remigrados. Destes, 45,5% vieram do estado de São Paulo. O estado de São Paulo tem vivido o aumento da migração de retorno para os demais estados, em especial para os do nordeste. Dados do IBGE demonstram que entre 1986 e 1991, 211.414 pessoas saíram do estado de São Paulo em direção ao Nordeste e entre 1995 e 2000, esse número aumentou para 325.390. O que equivale a 116 pessoas por dia no primeiro período e 178 no segundo. Portanto ocorreu um aumento de 53,9% entre os dois períodos. No geral, os estudos acerca da migração de retorno caracterizam esse processo como uma volta às raízes. No entanto, os dados não são suficientes para saber se o retornado voltou exatamente às mesmas atividades econômicas. Dos retornados do estado de São Paulo para as demais unidades da federação, entre 1986 e 1991, 58% foram para a mesma região em que viviam antes, 40% para o mesmo estado e apenas 22% voltaram para o mesmo município. 51,42% dos municípios em todo o Brasil para os quais retornou essa população, no geral jovem e com 6 anos de escolaridade como média, são considerados municípios pobres. Talvez possamos concluir com esses dados que boa parte dos migrantes de retorno retornam ao campo, dado o caráter dos municípios de onde saíram no passado, no entanto, faltam dados que caracterizem de fato as novas atividades assumidas por estes. (Siqueira et al., 2006)

É importante notar que, no geral, migram os jovens, (65% têm entre 18 e 35 anos) dada a falta de perspectiva nos grandes centros urbanos. 66% deles são solteiros e 70% não possui filhos. No entanto, segundo CUNHA (2000), os migrantes de retorno apresentaram um perfil mais adulto na migração que os não-naturais, isto é, que os migrantes que não são de retorno. Eles registram também menos escolaridade e o predomínio do seu fluxo foi sentido urbano-rural. As causas desse fenômeno para o autor se ligam ao fato de que na Região Metropolitana de São Paulo, o setor informal da economia passa por transformações, onde as perspectivas não são nada favoráveis. “*Antes das sucessivas crises econômicas era possível sustentar uma família ‘vendendo cocada na esquina’ e podia-se até ganhar mais que um salário mínimo nessa atividade e, hoje, nem essa alternativa existe*

mais na Região Metropolitana de São Paulo” (CUNHA, 2000, p. 29), pois esse tipo de atividade informal se encontra também muito saturada e concorrida, gerando pouca renda.

O autor também atenta para o fato de que é forte a importância dos fatores ligados à educação dos filhos, saúde, meio ambiente, segurança, lazer e cultura na decisão do retornado em voltar ao seu estado.

As necessidades da dinâmica econômica explicavam muito do que ocorria na migração, mas o contexto recente é diferente e a explicação do fenômeno migratório, apesar de ainda passar por explicações econômicas, passa também por uma nova cultura migratória e com outros determinantes envolvidos e com significados diferentes.

O tempo também se transformou. O tempo se estreitou nos grandes centros urbanos. Não é mais um aliado do migrante, pois a crise fez diminuir a circulação monetária e os processos de espera por resultados positivos e de transformações na economia são mais longos e de custo muito alto para um migrante suportar sem emprego e sem renda. Como resultado, o migrante se vê obrigado a buscar refúgio nas origens, onde, provavelmente, pode encontrar ajuda de familiares e conhecidos, esperando lá até que uma nova oportunidade migratória possa aparecer. (Ibid., p. 29 e 30.)

Nota-se que em parte dos casos, a migração de retorno é temporária, isto é, volta-se à terra de origem na expectativa de poder migrar novamente. Uma política ampla de reforma agrária poderia evitar esse caráter temporário, fixando de fato a população no campo se a ela se oferecessem condições dignas de vida.

Parte da explicação dessa migração de retorno, tão presente no estado de São Paulo, se deve também à crescente política de assistência social presente nos estados do Nordeste e Minas Gerais, em especial a partir do governo Lula, representada em programas governamentais como Bolsa Escola, Bolsa Família, Cartão Alimentação etc. Com esses programas, muitas pessoas podem garantir uma renda mínima mensal, já que essas regiões são áreas prioritárias desse tipo de política nos últimos anos.

Na maioria dos casos, trata-se de fato de um retorno, mas há também aqueles que estão se deslocando para as áreas rurais pela primeira vez, em especial os filhos de migrantes. Isso reflete a falta de alternativas existente nos grandes centros urbanos.

Essa ida ao campo pode se dar de diversas maneiras. No geral se dá de forma autônoma, isto é, por iniciativa pessoal daquele que migra, só ou com sua família, mas no caso aqui estudado ela se dá pela ação de um movimento social, o MST.

Esse é o caso da constituição das Comunas da Terra. Foi percebendo o potencial que existia em se trabalhar com essa população dos grandes centros urbanos, experiência que já vinha ocorrendo desde os acampamentos Nova Canudos e Terra Sem Males, que o MST do estado de São Paulo cria a Comuna da Terra. No entendimento da direção do MST do estado, a população proveniente desses grandes centros urbanos não teria o interesse de se deslocar até o interior do estado para ser assentada numa região afastada dos equipamentos que a cidade oferece e da infra-estrutura desta (luz, água encanada, sistema de saneamento, ruas asfaltadas etc). A Comuna da Terra teria, para o MST, o papel de absorver uma população que, apesar de não encontrar um lugar na cidade, já não se sentiria atraída por uma vida no campo sem o mínimo de infra-estrutura, em especial, os jovens. Ela é criada, portanto, como clara alternativa ao público urbano.

Na opinião de Delwek Matheus, dirigente do MST e principal defensor da proposta:

com certeza eles [os acampados] não terão vontade de voltar numa distância de mil, 500 Km, por que eles já têm uma raiz familiar, social [na cidade]. Já investiram em alguma coisa, então por isso a necessidade da Comuna. Ela facilita a recampanização. Facilitaria o deslocamento dessa massa que se beneficiaria da Reforma Agrária. Para que eles vão pro campo, eles só irão numa condição de que haja o desenvolvimento social e econômico e cultural. As pessoas hoje trabalham com o sonho do desenvolvimento e do conforto. Do desenvolvimento social e econômico. Um assentamento, a Reforma Agrária, hoje, tem que beneficiar um assentamento com, além da renda, escola, saúde, transporte, luz, água tratada, saneamento, esporte cultura, lazer. (depoimento Matheus)

Corroborando com essa afirmação, diversos estudos têm indicado que a precariedade na infra-estrutura, causa da dificuldade de acesso ao lazer, à educação, à assistência à saúde, bem como da dificuldade no escoamento da produção, tem sido uma das principais causas da evasão nos assentamentos, e em especial da população mais jovem. (MEDEIROS, 2003)

Embora isso possa indicar uma contradição com o retorno dos nordestinos para suas raízes, já que parte destes parece estar se dirigindo para áreas sem toda essa infra-estrutura urbana, isso nos coloca uma situação em comum. A de que os grandes centros urbanos são, cada vez menos, capazes de oferecer possibilidades mínimas de vida aos que nele vivem. As condições de vida das populações de baixa renda têm se deteriorado nesses locais.

Esse é o ponto de partida para compreendermos a adesão às Comunas da Terra. A maioria das pessoas que estão se dirigindo às Comunas possui uma média de 25 anos de vivência nos grandes centros urbanos. Porém, dizer que as famílias acampadas viveram muitos anos nos grandes centros urbanos, por si só, não basta para determinar uma mudança na estratégia da luta por reforma agrária. O que vem acontecendo é uma ampliação nessa estratégia por parte de setores do MST, ainda centrados no estado de São Paulo, que enxergam na aproximação dos grandes centros urbanos, a possibilidade de “massificação”, isto é, de aumentar o número de pessoas envolvidas na luta por terra, o que não exclui a luta realizada nos latifúndios do interior do estado. Por isso optamos por dizer que vem ocorrendo uma heterogeneização do sujeito da reforma agrária. Mas independentemente de quem ele seja, de perto ou de longe da cidade, a luta pela reforma agrária tem sido a luta pela reestruturação da família, pela (re)criação da cultura camponesa, pela negação ao processo de proletarização.

Podemos considerar que um novo sujeito vem se somando à luta por Reforma Agrária. Embora a grande maioria dos assentados já tenha tido alguma experiência de trabalho na agricultura, não apenas nas Comunas da Terra, mas nos demais assentamentos criados nos últimos anos, tem-se verificado a crescente presença de trabalhadores de origem urbana, principalmente nos estados mais urbanizados. (MEDEIROS, 2003) Em parte, o que talvez explique esse fenômeno é que, com a mecanização da agricultura e com a substituição de diversas culturas, em especial do café, por pastagens, a quantidade de trabalhadores necessários diminuiu drasticamente. Isso teria provocado a crise no sistema de colonato do Centro-Sul do país, ou do morador no Nordeste. Estes teriam tornado-se bóias-frias e passado a morar nas periferias das pequenas e médias cidades, indo trabalhar sazonalmente, por exemplo, no corte da cana ou na colheita da laranja. (FAUSTO, 1994) Assim, o trabalho de base do MST que arregimenta trabalhadores para os acampamentos passou a ser realizado nas periferias das cidades, pequenas e médias e, mais tarde, também nas grandes. Estamos presenciando a heterogeneização do sujeito da luta pela reforma agrária. Além do posseiro expulso e do bóia-fria, o desempregado urbano, filho de agricultores migrantes etc.

Por isso, é possível entender o projeto de recampesinização representado pelas Comunas da Terra, como componente de um processo histórico maior e não apenas

enquanto retorno daqueles que alguma vez viveram no campo. Esse processo está em andamento. É o que mostram os números da migração de retorno no Brasil e é o que mostram os diferentes projetos de movimentos sociais. As Comunas são mais um caso que evidencia esse processo.

... chama a atenção a presença, que está longe de ser majoritária, mas é sensível em algumas áreas, como por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo, de trabalhadores sem experiência agrícola anterior. [...] Muitas vezes, nos argumentos que aparecem no debate sobre o perfil da reforma agrária, essa presença tem sido descartada e qualificada como indevida, em nome de uma suposta ausência de “vocação” agrícola. O importante é, antes de mais nada, indagar para que espécie de processo ela aponta e as novidades que ela vem trazendo. Nos últimos anos, o desemprego tem crescido no país, atingindo em especial os trabalhadores menos qualificados. Nas periferias urbanas e nas favelas têm aumentado a violência e a presença de narcotraficantes. Num contexto de dilaceração do tecido social, a possibilidade de buscar um lote de terra tem se mostrado uma alternativa não só de moradia e obtenção de renda, mas também de manutenção ou mesmo recomposição de laços familiares e de sociabilidade, a busca de “um lugar tranquilo para criar os filhos” como afirmam diversos assentados. (MEDEIROS, 2003, p. 82 e 83)

Existe, portanto, nos grandes centros urbanos, uma imensa população, com ou sem vivência na agricultura, que é potencial público da reforma agrária, uma vez que não lhes seja ofertada outra alternativa. Nas Comunas da Terra, essa população sem experiência prévia com o trabalho agrícola é bastante expressiva e, no entanto, não significa a não existência de um vínculo com o campo, já que a maioria dos que compõem as Comunas é composta por filhos de migrantes que vieram ainda crianças dos mais diversos estados. Há então, o vínculo com a terra proveniente das suas histórias familiares bem como há a criação de novos vínculos.

Recampenizando

A reforma agrária, em especial no estado de São Paulo, tem deixado cada vez mais de ser um projeto restrito ao camponês sem-terra e passado a ser a luta de outros segmentos sociais como o trabalhador proletário, rural e urbano, os subproletarizados, os desempregados e de todos os demais trabalhadores subempregados. Há muito que o sem-terra mobilizado na luta por reforma agrária não é mais o mesmo. Grande parte das famílias

camponesas sem-terra no estado de São Paulo já passaram ou trabalharam temporariamente nos grandes centros urbanos. (FELICIANO, 2006) No entanto, o que tem se transformado, com relação ao passado, é o tempo de permanência nos grandes centros urbanos, que tem sido maior.

A diversidade de origem dos assentados sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregaram em conseqüência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura, nos últimos 50 anos: colonos de café, pequenos arrendatários de formação de fazendas em várias regiões, como o Paraná, o Oeste de São Paulo e Goiás, moradores das fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste, pequenos agricultores e proprietários no Sul do país, pequenos posseiros na Amazônia, não raro abandonados pela decadência da economia extrativista. Vários passaram por categorias de transição como “bóia-fria” em São Paulo e no Paraná, ou “clandestino”, em Pernambuco ou na Paraíba. São sobreviventes de um passado histórico que não conseguiram requalificação e reinserção em outras atividades econômicas após a extinção de suas ocupações originais ou após a precarização das velhas relações de trabalho. A isso se agrega o recrutamento de populações “lumpem” nas cidades, muitas das quais tiveram origem e experiências rurais, mas que se perderam nos espaços degradados das cidades e nas funções econômicas subalternas da urbanização patológica. (MARTINS, 2003, p. 34 e 35)

Das pessoas que compõem as Comunas da Terra, a grande maioria veio ainda criança de outros estados para São Paulo. Por isso é possível constatar que possuem um vínculo com a terra, mas não muita experiência em trabalhá-la. Ao longo da pesquisa pudemos notar que a escolha em acampar e ser assentado é vivenciada como um retorno às raízes. Não é apenas o trabalho agrícola que representa o passado dessas pessoas. É uma série de elementos, como por exemplo, o contato com a natureza, a obtenção da fatura vinda da terra, o trabalho realizado em família e a possibilidade de pertencer a uma comunidade, que constituem o conjunto de motivos que levam as pessoas a querer serem assentadas.

Há aqui um aparente paradoxo entre a heterogeneização do sujeito da reforma agrária e a simultânea convergência no que diz respeito ao projeto de vida deste. Marques (2000) traz importantes contribuições para a compreensão desse processo. Para a autora, os sem-terra constituem um segmento social que tem origem nas classes subalternas.

Estas são formadas sobretudo por trabalhadores pobres do campo e da cidade, categorias sociais que ocupam diferentes posições em relação ao

processo de produção material. Porém, uma série de fatores contribui para o surgimento de identificações e alianças entre elas, tornando, muitas vezes, difícil a distinção nítida entre os representantes de uma e outra categoria social. (ibid., p.22)

Em parte, essas identificações podem ser explicadas pela origem rural em comum, mas também pela posição e condições em que se encontram na sociedade. As classes subalternas são marcadas pela instabilidade e precariedade dos vínculos com o trabalho, salvo os casos de maior qualificação profissional. Dada a precariedade do acesso aos serviços públicos e à própria instabilidade no trabalho, essas classes dependem de uma rede de relações desenvolvidas com base nas relações de parentesco, vizinhança e procedência. Relações estas fundamentais para essas classes marcadas pela importância do trabalho e da família como valores centrais para sua realização. (ibid., p. 23)

A condição de subalternidade deve ser entendida na perspectiva da dominação, seja econômica, social ou cultural. Diante dessas condições, o projeto de uma vida no campo é elaborado como possibilidade de superação da precariedade e incerteza, em especial com relação ao trabalho, o que permite a retomada de uma autoridade moral e, portanto, da dignidade de trabalhador. Esse projeto é também a possibilidade de projeção de um futuro para a família e não apenas para o indivíduo. Por isso, independentemente do grau de vínculo e experiência com a terra, o projeto de vida no campo encontra eco em diferentes categorias constituintes das classes subalternas.

A luta pela reforma agrária não é mais apenas a luta pela permanência no campo, mas a luta pelo retorno ao campo, o que demonstra a capacidade histórica do campesinato de criar-se e recriar-se.

Estamos diante, portanto, de uma mudança no contexto histórico que coloca uma mudança na base social que compõe o MST, em especial na região sudeste do país, onde a modernização do campo jogou uma massa de trabalhadores nos grandes centros urbanos, que se recusam a viver sem a possibilidade de uma vida digna. Se antes a identidade de sem-terra era assumida por aqueles que se recusavam a sair do campo como filhos de colonos que recusam a proletarização, parceiros e rendeiros, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e um significativo contingente de lumpem do campo (MARQUES, 2004, p. 23), hoje, soma-se a essa população, os que querem retornar ao campo, mesmo que não tenham larga experiência no trabalho agrícola.

A criação do MST é, portanto, resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Porém, sua consolidação se dá num novo momento, quando o país reafirma sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas. Muda a base social que compõe o Movimento e sua forma de ação, com repercussões sobre sua identidade. O MST tem desenvolvido, cada vez mais, ações de formação e recrutamento também entre trabalhadores pobres residentes nas grandes cidades e se envolvido com lutas anti-sistêmicas em diversos níveis. (Idem, 2006, p. 4)

Dizer que as Comunas se voltam à população dos grandes centros urbanos não basta para dizer quem são esses sujeitos que vão de fato realizar esse projeto. Como já foi dito anteriormente, um dos elementos que mais chama a atenção nessa proposta é o fato de ela visar a inclusão de segmentos da população mais espoliada das cidades, o que significa que não engloba apenas camponeses expropriados da terra, mas também pessoas que não necessariamente têm uma história recente, diretamente ligada ao campo. Compõem esses assentamentos e acampamentos indivíduos com as seguintes trajetórias, alguns deles tendo vivenciado mais de uma dessas situações: camponeses que tiveram que deixar o campo ainda jovens junto de seus pais, bóias-frias que foram às cidades em busca de melhores oportunidades, ex-presidiários, ex-prostitutas, ex-moradores de albergues, ex-trabalhadores em situação de rua, proletários desempregados e trabalhadores informais. Em suma, a população espoliada que, em grande parte dos casos, foi também o camponês expropriado. Isto porque essa população é, na maioria dos casos, o camponês que migrou para as cidades, mas que mantém o vínculo com o campo através de relações familiares e através de sua própria história. Muitos são filhos de camponeses, agora já nascidos nas grandes cidades. Isso explica em grande parte, a presença e permanência entre eles de princípios e valores que remetem a uma moral e uma lógica tradicionalmente camponesas. (Marques, 2002) São pessoas que viveram anos nas cidades, trabalharam em fábricas, supermercados, na construção civil, no trabalho doméstico. Participaram de outros movimentos sociais. Mas são pessoas que querem a terra para trabalhá-la, ainda que nunca tenham vivido essa experiência. Que querem um lugar no qual criar seus filhos e reconstituir sua família. As Comunas de fato nos colocam uma nova territorialidade. Algo que temos dificuldade de definir, de enquadrar numa categoria pré-estabelecida.

Para parte do MST, a reforma agrária deve estar voltada também para essa população que saiu do campo e que hoje se encontra nos grandes centros urbanos. É nesse contexto que o MST sistematiza a proposta de Comuna da Terra.

O público que deve ser beneficiado pela Reforma Agrária no Brasil, parte está no campo, mas parte dele está na cidade, são trabalhadores que saíram do campo num processo longo. Saíram da região nordeste, da Bahia, de Minas Gerais e vieram para o sul e sudeste na perspectiva de trabalhar a terra, de se tornar agricultores. Mas vão para as grandes cidades (depoimento Matheus)

Nessa fala, assim como no site do MST, podemos notar que o Movimento entende que há uma massa de pessoas em busca de sua realização econômica e social nas cidades que são parte do público para o qual a reforma agrária deve se voltar.

Como vimos no início deste artigo, os processos de urbanização e empobrecimento das grandes cidades têm criado um contingente populacional que não é sequer um exército industrial de reserva³, pois estará sempre à margem do trabalho formal. “...as periferias das grandes cidades acumularam tal volume de população excedente, que ultrapassava os limites do chamado exército industrial de reserva da economia em expansão.” (MATOS, 2006, p.64) É de fato um número considerável de pessoas, em sua maioria migrantes, que se desloca à procura de melhores condições de vida e que não possuem o menor vislumbre de poder alcançar seu objetivo.

Essa discussão acerca do público que demanda a reforma agrária e da estratégia na luta por esta, nos remete à questão da recampesinização. A Comuna da Terra, por um lado, é um projeto que se propõe a criar um campo diferente, com elementos do urbano, por outro, aposta diretamente na possibilidade da recampesinização ou mesmo da campesinização, entendida como retorno ao campo e possibilidade de adaptação à vida no campo e de realização de atividades agrícolas. Enfim, como exposto por Matheus, na possibilidade de “*organização de comunidades de economia camponesas*”. (2004, p. 54). Contudo, entendo a possibilidade de recampesinização presente nas Comunas da Terra como recriação, revalorização e reavivamento de valores de uma moral camponesa. Nesse sentido, o entendimento aqui proposto acerca desse processo vai além do entendimento do próprio MST.

³ Exército Industrail de Reserva é a massa de desempregados, não apenas do setor industrial, que estabilizam o valor do salário, impedindo que este suba muito. (SINGER, 1998)

Trata-se de uma possibilidade do retorno ao campo que se dá graças à permanência de elementos do modo de vida camponês nessa população espoliada dos grandes centros urbanos, mas também na possibilidade de recriação desses elementos, ainda que com diferenças. Essa população manteve elementos do modo de vida camponês, mesmo nos grandes centros urbanos, justamente como um fator de sociabilidade. A persistência e o reavivamento de práticas culturais rurais e camponesas em nichos de imigrantes nas grandes cidades fala-nos de uma resistência ao desenraizamento. (MARTINS, 2003) Mesmo na cidade, muitos mantiveram uma pequena horta onde fosse possível, estabeleceram redes de solidariedade na vizinhança, tentaram reproduzir a família unida, trazendo, quando se dava a oportunidade, membros de longe para viverem juntos. Isso indica que práticas ou valores da vida camponesa são recriados nas periferias dos grandes centros urbanos.

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes, a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, construído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 146)

Para Bourdieu, “*agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma reinvenção criadora*”, que não é uma acomodação forçada, mecânica ou mesmo passiva. (BOURDIEU, 1979 p.14) Um novo sistema de disposições não é elaborado no vazio. Ele se constitui a partir das disposições costumeiras que sobrevivem ao desaparecimento ou à desagregação de suas bases econômicas e que não podem ser adaptadas às exigências da nova situação objetiva, senão ao preço de uma transformação criadora. (Bourdieu, 1979) Ou seja, o novo sistema se define sem apagar tudo do anterior. O camponês que vai para a cidade grande recria formas de sociabilidade e práticas culturais que lhe são próprias.

Bourdieu trabalha em especial com a organização econômica capitalista impondo um sistema que exige do indivíduo um certo tipo de práticas e disposições econômicas. Aqui, o processo que está em jogo é a reinvenção criadora do campesinato. Seja na vida na cidade, seja na ida ao campo, essas pessoas não perdem as disposições culturais de um ou outro lugar. Um camponês, ao ir para a cidade, não abandona toda sua tradição cultural,

mas do mesmo modo, quando retorna ao campo, não volta a ser exatamente o que era, como se tivesse passado incólume pela cidade grande. A cultura urbana e a cultura camponesa se recriam, se transformam, se adaptam. E isso não ocorre necessariamente sem dificuldades. Pode existir uma contradição entre *habitus*, entendido como a forma que determinado grupo social desenvolve práticas a partir da interiorização de estruturas objetivas⁴, e elementos da organização do trabalho, como no caso da “imposição” do cooperativismo, ou a imposição do tempo controlado numa fábrica.

Há entre os acampados, a busca pela liberdade de poder controlar o próprio tempo e pela possibilidade de viver num local em que a família possa se realizar, em especial com relação ao futuro dos filhos. A falta de tempo para estar com os filhos, os baixos salários e a exploração no trabalho, o controle do tempo, o medo da violência, todos eles são motivos que levam as pessoas aos acampamentos em busca de realizar a vida de um outro modo. Modo este que, em grande parte, diz respeito ao ideal camponês.

No entanto, há também a coexistência de disposições e ideologias de racionalidades e modos de vida diferentes. No caso das Comunas da Terra, se por um lado podemos dizer que as famílias são urbanas, pois vieram de grandes centros urbanos nos quais viveram muitos anos e, portanto, desenvolveram práticas e disposições urbanas, por outro lado, mantiveram ou recriaram práticas e disposições camponesas, seja na sua permanência nas cidades seja no seu retorno ao campo.

Um exemplo disso é a disposição dos banheiros na construção de um acampamento. No geral, como não existe nenhuma infra-estrutura nos locais dos acampamentos, as famílias fazem fossas negras em locais ligeiramente afastados dos barracos de lona para evitar o mau cheiro e a presença de moscas. Temos observado, nas Comunas da Terra, que a primeira opção durante o período de acampamento, é a construção do banheiro com a fossa negra e um local para tomar o banho junto ao barraco de lona. Claro indício de um costume proveniente de uma arquitetura urbana. Com o tempo, as famílias optam em separar o local do banho da fossa e a afastam dos barracos, assim como nas zonas rurais em

⁴ Para aprofundar conceito de *habitus* ver Bourdieu, Pierre (1983) “... um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas ...” (Bourdieu, 1983, p. 65)

que ainda não há uma estrutura de saneamento básico que permita a construção do banheiro dentro das casas.

Por outro lado, são muitas as pesquisas que apontam para o fato de que práticas camponesas se reproduzem nas periferias dos grandes centros urbanos. A existência da agricultura urbana é um exemplo de como é possível que sujeitos que vivem numa realidade de caráter urbano e industrial possam manter práticas rurais. Quando nos afastamos alguns quilômetros das zonas centrais de São Paulo, não é raro vermos cavalos, hortas, lojas de ração de animais de criação, galinhas etc. Mais comum ainda é ver isso na periferia de cidades como Campinas, Sorocaba ou Ribeirão Preto. Daí a imensa dificuldade nas tentativas de definir os limites do que seja urbano e do que seja rural num município. Não se trata de dizer que a população da periferia dos grandes centros urbanos é ainda camponesa, mas de perceber que as práticas culturais não são simplesmente apagadas quando o contexto sócio-econômico é transformado. No entanto, identificar essa dualidade contraditória não é suficiente, pois, diante da diferença, precisamos identificar quais são as determinações que prevalecem na constituição da identidade desse sujeito nesse novo contexto. Essa é uma questão complexa demais para a envergadura deste trabalho, mas não podíamos deixar de identificá-la.

O camponês migrante experimenta a condição de proletário na cidade grande e com isso tem a sua visão de mundo modificada. Ele vivencia a sujeição a um patrão, a insegurança da instabilidade no emprego, o isolamento pela perda da proximidade da família. Toda essa vivência se contrapõe ao modo de vida camponês, marcado pelos laços de solidariedade, pelo vínculo à terra como morada e trabalho indissociáveis e pela autonomia do trabalho. Vivencia o contato com novas realidades, de violência e injustiça, mas também de formas de luta e organização como sindicatos ou movimentos sociais. Assim, encontram a valorização do modo de vida camponês e a descoberta de novas formas de fazer política. (Marques, 2004)

Além disso, para esses trabalhadores, o trauma vivenciado na cidade (moradia insalubre, violência, dificuldades de toda ordem no trabalho, separação da família, desemprego, transporte, fome, trabalho em fábricas, controle do trabalho e do tempo etc) explica a recusa e a resistência a essa proletarianização, fazendo emergir o desejo de mudança. (Simonetti, 1999, p.118)

Quando esse desejo de mudança é objeto de luta de um movimento social, essa recriação se torna um projeto político, por meio do embate na luta de classes. No caso das Comunas da Terra, além de haver uma reinvenção criadora do campesinato, há também a resistência e o embate político que fazem esses sujeitos se afirmarem enquanto camponeses. Existem simultaneamente o plano político e o plano subjetivo. Ou seja, não é porque a recampesinização seja um projeto político do MST, que as pessoas não tenham que vivenciar conflitos e contradições quando de sua realização. Aliás, é justamente quando o projeto político faz tábua rasa dessas disposições culturais que ele corre o risco de, num primeiro momento, ser autoritário e em seguida, fracassar.

Outro valor muito importante que define a campesinidade é a liberdade, entendida como autonomia nesse trabalho, como possibilidade de definir, como, quando e onde realizar o trabalho com e para a família. O campesinato se caracteriza pelo valor que dá, entre outras coisas, ao controle do próprio tempo. O desejo do controle do próprio tempo é algo vivenciado também pelo proletariado urbano, cuja experiência de vida é justamente a do trabalho regado e controlado.

Considerações finais

Pudemos ver que no caso das Comunas da Terra, os sujeitos sociais da luta pela reforma agrária são pessoas que fazem parte do universo das grandes cidades, com tudo o que isso pode implicar, mas que ao mesmo tempo e não necessariamente de forma contraditória, possuem ou recriam, elementos da campesinidade.

Em sua trajetória errante, o trabalhador brasileiro experimenta uma diversidade de condições de vida e vai tecendo entre o campo e a cidade uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência. **Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumos urbanos no campo.** (MARQUES, 2004 p. 3. Grifo nosso)

Essa realidade não é exclusiva das Comunas da Terra. Está presente em assentamentos do interior do estado e também nas metrópoles. Num país em que a população subalterna se desloca tanto e ora está no campo, ora está numa grande cidade,

fica impossível enquadrar os sujeitos desses fluxos em categorias estanques como se fossem capazes de se manter impermeáveis frente à diversidade cultural que vivenciam.

A Comuna da Terra é resultado de um processo em que os sonhos de uma vida digna nas cidades vão por água abaixo. Mais do que o próprio vínculo com a terra, no caso das Comunas, o que leva as famílias à decisão de ir para um acampamento são as condições de vida na cidade e, em especial, a falta de perspectivas futuras.

Ela não é apenas fruto do amadurecimento das concepções de como se organizar um assentamento, nem apenas nova estratégia territorial na luta por reforma agrária desenvolvida pelo MST. Mesmo porque nesse sentido ela apresenta enormes desafios e limitações, que não foram abordados neste artigo⁵. Mas do ponto de vista de seus sujeitos sociais, as Comunas refletem um processo de busca por alternativas à espoliação. Processo esse que não coloca nem o campo nem a cidade como ideais, mas que busca a construção de novos espaços, nos quais se apresente a possibilidade de superação das limitações que caracterizam estas formas espaciais e seus conteúdos sociais.

Os mesmos processos de espoliação estão no campo e na cidade. Os mesmos processos de apropriação privada e expropriação de espaços para criar as condições da reprodução ampliada do capital. Por isso surge a necessidade de construção de uma territorialização diferenciada em que a vida possa se realizar. Ao mesmo tempo em que os processos de expropriação unem o rural e o urbano, também as lutas contra a expropriação se aproximam construindo um maior diálogo e a junção de algumas estratégias entre movimentos rurais e urbanos.

A luta por valores comuns como cooperação, sustentabilidade, autonomia, soberania etc., cresce, se fortalece, não apenas na cidade e não apenas no campo. Mas em ambos e de forma mesclada. Muitos dos que estão na cidade se voltam para os valores da vida do campo e podem até mesmo se apropriar de valores da campesinidade. Lutam por uma segurança alimentar, buscam formas e redes de solidariedade e cooperação, lutam para reproduzir a família, desejam a modernidade tecnológica mas questionam o custo ambiental desta, buscam superar a falta do trabalho no mundo do trabalho.

⁵ Para a discussão sobre os desafios e limites da proposta das Comunas da Terra, ver Goldfarb, Yamila. A luta pela terra entre o campo e a cidade: as Comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. Dissertação de mestrado defendida em outubro de 2007 pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Outros, que estão no campo, lutam para se manter no campo, para se reproduzir enquanto camponês. Mas vão além. Lutam pelo acesso a tudo aquilo que a cidade pode representar. O acesso à infra-estrutura, às diferentes opções de lazer, à possibilidade de continuar estudando, à comunicação, ao encontro, à centralidade etc.

É a busca da possibilidade, tanto no campo como na cidade, de unir modernização à liberdade, e tentar quem sabe, escapar ao destino ilustrado em tantos filmes e livros de barbárie e tecnologia.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*. São Paulo, Editora Perspectiva. 1979.
- CEM (Centro de Estudos Migratórios do Estado de São Paulo) *O vaivém da sobrevivência*. São Paulo, Ed. Paulinas. 1983.
- CUNHA, Aparecido Soares da. *Migração de Retorno Num Contexto de Crises, Mudanças e Novos Desafios* in www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, Ed. Boi Tempo. 2006.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1994.
- FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento camponês rebelde*. São Paulo, Editora Contexto. 2006.
- FIX, Mariana. *Os parceiros da exclusão*. Ed. Boitempo São Paulo, 2001.
- GILBERT, Alan; Varley, Ann. *Landlord and Tenant: housing the poor in Urban Mexico*. London, Routledge. 1991.
- HARVEY, David. *Novo Imperialismo*. São Paulo, Editora Loyola. 2004.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação Urbana*. São Paulo, Editora Paz e Terra. 1993.
- MARICATO, Ermínia. *Posfácio*. In: Davis, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, Ed. Boi Tempo. 2006.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. *Acumulação por espoliação, luta pela terra e cidadania no Brasil*. Simpósio New Social Movements and Democracy in the Americas, Tampa, Universidade do Sul da Flórida (USF), mar.2006. Texto apresentado.
- _____. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, 2002.
- _____. *A relação campo-cidade: em questão a subordinação do campo pela cidade*. Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, 2004.
- MARTINS, José de Souza, *O sujeito oculto*. Porto Alegre, Ed. UFRGS. 2003.
- MATHEUS, Delweck. *Comunas da Terra – Um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Trabalho de conclusão do curso Realidade brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros. Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes. Juiz de Fora, 2003.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. *Reflexões acerca da expansão da grande cidade na atualidade e de seu papel na expulsão e recepção da população* In: COSTA, Heloisa Soares de Mora. (Org.) *Novas periferias metropolitanas: A expansão metropolitana em Belo Horizonte – dinâmicas e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte, Editora Com Arte. 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

OBERAI, A.S. *Population Growth, Employment and Poverty in Third-World Mega-cities: analytical policy issues*. London. Palgrave Macmillan, 1993.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. *A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. Tese de Doutorado pela USP. São Paulo, 1999.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo, Ed. Contexto. 1998.

TORRES, Aroldo. *A fronteira paulistana* in: Torres, Aroldo et Marques, Eduardo (Org). São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais. São Paulo. Editora Senac, 2005.

Sítios da Internet consultados

www.ibge.gov.br

www.diese.org.br